

**PERSPECTIVAS
DECOLONIAIS
NOS ESTUDOS
DA LINGUAGEM**

VOLUME 16



Coordenação

Kleber Aparecido da Silva

Assistente de Coordenação

Ademar Soares Castelo Branco

Cátia Regina Braga Martins

Dlúbia Matias Santclair

Lauro Sérgio Machado Pereira

Oseas Bezerra Viana Jr.

Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias

Rosana Helena Nunes

Sílvia Maria de Oliveira Penna

Simone Maranhão

Tamara Rosa

Vilton Soares

Conselho Editorial

Alastair Pennycook

Allen Quesada

Ana Nery Damasceno Noronha

Ana Sousa

Antonieta Heyden Megale

Aparecida de Jesus Ferreira

Beatriz Gama Rodrigues

Carmen Jená Machado Caetano

Cátia Regina Braga Martins

Daniel Silva

Elaine Fernandes Mateus

Elkerlane Martins de Araújo

Fernanda Coelho Liberali

Joaquim Dolz

Kleber Aparecido da Silva

Li Wei

Lynn Mário Menezes de Sousa

Gabriela A. Veronelli

Gisvaldo Araújo Silva

Manuela Guilherme

Reinildes Dias

Ofelia Garcia

Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias

Paulo Massaro

Renato Cabral Rezende

Rodriana Costa

Rosana Helena Nunes

Rosane Pessoa

Ryuko Kubota

Sávio Siqueira

Sweder Sousa

Tatiana Dias

Veruska Machado

Vilson Leffa

Viviane Resende

Kleber Aparecido da Silva
Paula Cobucci
(organizadores)

16

**PERSPECTIVAS
DECOLONIAIS
NOS ESTUDOS
DA LINGUAGEM**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas decoloniais nos estudos da linguagem : volume
16 / organização Kleber Aparecido da Silva, Paula Cobucci.
– 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2024. – (*Coleção
Estudos Críticos em Linguagens* ; 16)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-764-0 [versão impressa]

ISBN 978-85-7591-843-2 {versão ebook}

1. Decolonialidade 2. Epistemologia 3. Língua e linguagem
4. Linguística I. Silva, Kleber Aparecido da. II. Cobucci, Paula.
III. Série.

24-215436

CDD-410.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua e linguagem : Linguística 410.7

capa: Studio Rotta Design Gráfico

gerência editorial: Vanderlei Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

revisão final dos autores

bibliotecária: Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 4

FORMATO DIGITAL

BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução ou armazenamento
parcial ou total ou transmissão de qualquer
meio eletrônico ou qualquer meio existente
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO – SOBRE A NECESSIDADE PREMENTE
E A RAISON D'ÊTRE DA POSTURA DECOLONIAL
EM NOSSAS PESQUISAS 9

Kanavillil Rajagopalan

APRESENTAÇÃO – DECOLONIZAR É PRECISO! 15
Paula Cobucci, Kleber Aparecido da Silva

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DECOLONIAL LATINO-
AMERICANO PARA A DESCENTRALIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA
DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM 25

André Marques do Nascimento

A RUPTURA EPISTEMOLÓGICA NA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E A
EMERGÊNCIA DE UMA CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E CULTURAL
CRÍTICA NO ENSINO SUPERIOR NO SUL GLOBAL 59

Souzana Mizan

PARA PENSAR A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA NA REIFICAÇÃO
DA COLONIALIDADE DO SER: DISCURSO NOTICIOSO SOBRE
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA 103

Viviane de Melo Resende, Rosimeire Barboza da Silva

PARA ALÉM DO DISCURSO MONOLÍNGUE
NA SALA DE AULA DE LÍNGUAS 123

Fernando Zolin-Vesz

RUPTURAS COM COLONIALIDADES NO ESTÁGIO EM INGLÊS:
DISCUSSÕES PARA UMA FORMAÇÃO DOCENTE CRÍTICA 137

Mariana Mastrella-de-Andrade

LETRAMENTO CRÍTICO NO ENSINO MÉDIO
EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL 171

Kleber Aparecido da Silva, Atauan Soares de Queiroz, Débora
Sousa Martins, Gina Vieira Ponte de Albuquerque, Leonardo José
Ferreira dos Santos,
Núbia Batista da Silva, Vânia dos Reis Sousa

ENSINO CRÍTICO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ADICIONAL:
PERSPECTIVA DA UTOPIA 201

André Firpo Beviláqua, Vilson J. Leffa

A PESQUISA CRÍTICA DE COLABORAÇÃO
NOS PROJETOS DO GRUPO LACE 223

Fernanda Coelho Liberali, Maria Cecília Camargo Magalhães,
Maria Cristina Meaney, Ulysses C. C. Diegues,
Sandra Santella de Sousa, Renata Pereira Pardim,
Luciana Kool Modesto-Sarra, Viviane L. S. Carrijo

“QUEM AINDA PRECISA DE IDENTIDADES?” CRITICIDADE E
EMERGÊNCIA DE SUBJETIVIDADES DEMOCRÁTICAS 251

William Tagata

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NA LIQUIDEZ DA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA: O POTENCIAL DECOLONIAL DA
PRÁTICA TRANSLÍNGUE 277

Cláudia H. Rocha

CAN TRANSLANGUAGING CONTRIBUTE TO THE FIELD OF
LANGUAGE EDUCATION AND APPLIED STUDIES? 325

Maria Inêz Probst Lucena

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE OS REFLEXOS DOS ESTUDOS
TRADICIONAIS SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM E DA ANTIGUIDADE
NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA ATUALMENTE 361

Paula Cobucci

HOW RACE INTERSECTS WITH LANGUAGE
TO CREATE SOCIAL INEQUALITIES 381

Gabriela Alejandra Veronelli

AS VOZES DO CERRADO TECELANDO UMA EDUCAÇÃO
LINGÜÍSTICO-AMBIENTAL ANTIRRACISTA 401

Tânia Ferreira Rezende

INTERSECTIONALITY, EPISTEMIC OPPRESSION
AND RESISTANCE: AN INTERVIEW WITH
PATRICIA HILL COLLINS 427

Patrícia Hill Collins, Kleber Aparecido da Silva,
Maria Carmen Aires Gomes

Posfácio
APORTES E LIMITES DO GIRO DECOLONIAL 457

Joaquim Dolz

SOBRE OS ORGANIZADORES E OS/AS
PROFESSORES/AS COLABORADORES/AS 467

Prefácio
SOBRE A NECESSIDADE PREMENTE E A
RAISON D'ÊTRE DA POSTURA DECOLONIAL
EM NOSSAS PESQUISAS

Kanavillil Rajagopalan

A colonialidade, descrita por Walter Mignolo (2017) como “o lado mais escuro da modernidade”, é a herança maldita do colonialismo que, a despeito de todos os esforços empenhados para eviscerá-la, insiste em permanecer entre nós. Em outras palavras, a colonialidade é a tenebrosa assombração póstuma do colonialismo, já enterrado e decretado como coisa do passado. Focaremos, no decorrer das breves reflexões a seguir, na questão de modernidade e como ela desponta nas discussões acerca do colonialismo e seu avesso, o imperialismo. Por ora, contudo, desejo apressar-me em acrescentar que o movimento em prol de decolonialidade nada mais é do que o esforço hercúleo coletivo, promovido notadamente por intelectuais latino-americanos no sentido de se livrar da referida herança maldita e trilhar seus próprios caminhos.

Mas a tarefa de se esquivar dos fantasmas do passado logo se revela nada fácil, pois o colonialismo deixou uma sombra muito longa e sinuosa que ainda ofusca a capacidade das suas vítimas de outrora de enxergar a realidade das coisas.

Pois o colonialismo foi muito mais que um capítulo macabro na história da humanidade, onde um grupo de nações europeias se auto outorgaram o direito de se lançar numa aventura predatória rumo a distantes povos da África, Ásia e América Latina e submetê-los a inomináveis iniquidades e humilhações, sugando impiedosamente suas riquezas e deixando-os na penúria e total desamparo. O colonialismo tomou conta da mente dos povos dentro do regime de escravidão (muitas vezes disfarçado com outros nomes e eufemismos engenhosos) a que os conquistadores os submeteram na sua incansável procura por bens alheios, movida pela ganância e delírio desmedido de sua suposta superioridade moral e intelectual. E a seqüela mais gritante e danosa dessa lavagem cerebral a que os povos dominados foram submetidos leva o nome de colonialidade.

A colonialidade, portanto, é a sobrevida da atitude autodepreciativa e demasiadamente autoenfraquecedora de abordar as suas próprias condições e potencialidades, vislumbrar e lidar com sua cercania e, acima de tudo, de julgar seu próprio direito de ser e estar no mundo. Desde sua implantação, a colonialidade, da mesma forma que colonialismo, se valeu da ideia da raça como diferencial derradeira e irrefutável e ativamente a promoveu e, até os dias de hoje, se encontra indiscutivelmente presente no racismo abjeto que subjuga e oprime tantos povos e etnias coletiva e eufemisticamente descritos como 'pessoas de cor'. As ligações, nem sempre visíveis a olho nu, do fenômeno da colonialidade na esteira da emergência do capitalismo como motor propulsor do grande avanço na vida material (e concomitante degradação na esfera espiritual!) dos povos do hemisfério do Norte já se acham fartamente documentadas. Nas palavras de Quijano (2005, p. 118),

as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente,

apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se.

Como já aludimos antes, a colonialidade se manifesta de diferentes modos, dentre os quais facilmente pode se identificar, de forma preponderante, uma forte tendência que pode ser caracterizada como inclinação para autodepreciação e autodesconfiança que se processa de forma de mãos dadas com o eurocentrismo, crença cega de que tudo o que é intelectual e culturalmente válido e digno de ser emulado tem que advir do hemisfério do Norte, preconceito esse já se encontra selado e consagrado na cartografia que resultou na mais propagada e conhecida representação do mapa mundi. A famigerada ‘projeção de Mercator’ que possibilitou a representação de uma superfície esférica em uma superfície plana, chama atenção pela decisão de situar a Europa no centro (daí o nome *Mediterrâneo*, dado ao mar que separa a Europa do continente da África, relegando todo o resto às bordas e aos pés. Não é de estranhar que quem questiona a arrogância de reivindicar tal privilégio tenha optado por lutar em prol de representações alternativas do mapa mundi, demonstrando que tudo não passa do olhar, da tomada de posições preconcebidas e unilateral e interesseiramente assumidas.

Em seu livro *Language, Capitalism, Colonialism: Toward a Critical History*, as autoras Heller e McElhinny (2017) esmiúçam esses múltiplos conluios intrincados do passado não tão remoto, trazendo à baila a confluência, ou melhor, a congruência, de fatores históricos como colonialismo, racismo, eurocentrismo que se deram sob a égide do nada mais, nada menos que, o Iluminismo. Convém não perder de vista que a metáfora geradora do próprio termo ‘Iluminismo’, a saber ‘lúmen’, já fazia acenos para o passado chafurdado nas trevas de superstições e feitiçaria do próprio continente europeu, como também para a suposta escuridão (resultado do olhar enviesado e preconceituoso) que, no entender dos europeus,

rondava os continentes distantes da Europa (donde a expressão ‘continente escuro’ para descrever a África) e putativa fisicalidade e tão decantada volúpia da Ásia e das Américas, no deleite incontido e divulgação entusiasmada da *Kama Sutra* e das *Mil e Uma Noites* ou capturada em topônimos dados a novos territórios “descobertos” para logo serem inceremoniosamente apropriados e batizados com nomes sugestivos como *Ilhas Virgens*. De acordo com a cartilha oficial, o Iluminismo salvou a humanidade ao empossar a nova deusa Razão no lugar das ‘falsas’ divindades das religiões ultrapassadas.

Entretanto, a nova deusa Razão, longe de ser equânime e bondosa em sua vitória, logo se revelou raivosa e impiedosa para com todos aqueles a quem sumariamente acusava de serem supersticiosos e irracionais. A caça às bruxas que se iniciou a partir daí, tão bem narrada por Umberto Eco (1999) em seu livro *Serendipities*, acabou assimilando justamente a “lógica” perversa de perseguir impiedosamente todos que não cabiam dentro do seu mundo paradisíaco de perfeição na conduta humana. Destarte, o eurocentrismo se transformou na proposta de uma medida de excelência em diversos aspectos da vida humana e, concomitantemente, na instalação da última corte de apelação.

Modernidade, herança mais festejada do Iluminismo, revelou-se abrigar em seu bojo um dos males do qual se alardeava ter se afastado definitivamente – a saber, sucumbir a reações impulsivas e igualmente irracionais diante de posturas taxadas, elas mesmas, de irracionais. Coube aos apologistas de pós-modernidade a apontar que as oposições dicotômicas e pretensamente paritárias das quais tanto se gabavam os modernistas não passavam, no fundo no fundo, de meras hierarquias, engenhosamente camufladas. Essas manobras, insistiam eles, gritavam para serem desconstruídas para que os esqueletos que elas escondiam pudessem ser expostos.

A desconstrução das manobras à qual me refiro não equivale à destruição pura e simples, tal qual amplamente se alardeia no imaginário popular, graças a interpretação

errônea, maldosamente promovida, por aqueles que se dão como satisfeitos com como as coisas se encontram, não se importando com as iniquidades nelas contidas. Ela se dirige à árdua tarefa de desnudar e expor os *construtos* fabricados no passado e que hoje passam por fatos consumados, acima de quaisquer questionamentos como se tivessem sido ordenados por vontade divina. Ou seja, o que foi construído de acordo com interesses de outrora pode e deve ser *desconstruído*, diante da descoberta dos males que o construto em questão tenciona passar em branco.

O clamor para abraçar uma postura decolonial precisa ser encarado, por conseguinte, não só como um esforço, mais do que urgente e necessário, de livrar-nos das garras da colonialidade que tanto nos oprime e impede de agir livremente, mas também como uma nova epistemologia, nova forma de vislumbrar o mundo diante dos nossos olhos e a nossa própria condição e atuação nele. Essa nova epistemologia, por sua vez, não se limita apenas a se apoderar de uma nova visada; ela ambiciona intervir na realidade que aí está, com o intuito de nela instaurar as modificações necessárias a fim de que a sociedade, bem como a ordem das coisas em vigor, que já se encontra estabelecida, se transformem em algo justo e equitativo.

Os textos reunidos nesta coletânea são testemunho deste novo olhar, imbuído de inspiração transformadora, e aguardando o usufruto do leitor, como também seu olhar crítico, do qual jamais podemos nos abster.

Referências

HELLER, M; McELHINNY, B. (2017). *Language, Capitalism, Colonialism: Toward a Critical History*. Toronto: University of Toronto Press.

MIGNOLO, W. D. (2017). "Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32 (94), pp. 1-17.

QUIJANO, A. (2005). "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", in: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Apresentação
DECOLONIZAR É PRECISO!

Paula Cobucci
Kleber Aparecido da Silva

Esta obra que agora apresentamos é fruto de discussões e propostas realizadas pelos convidados da II Jornada Internacional de Linguística Aplicada Crítica (JILAC), ocorrida em julho de 2019, na Universidade de Brasília, iniciativa acadêmico-científica do Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem (GECAL/CNPq/UnB). Na JILAC, tiveram destaque, especialmente, questões relacionadas a decolonialidade, educação linguística e sociedade. Foi a primeira vez que, no Brasil, começou-se a discutir de forma mais contundente, acentuada, assertiva a questão da decolonialidade a partir das vozes do Sul Global. No cenário da educação nacional, a II JILAC visou reiterar a natureza da Linguística Aplicada Crítica pelo compromisso que assume com os sujeitos e suas reais necessidades, em vez de altear ou perpetuar vertentes metodológicas que não traduzem os anseios humanos

Nesta obra, o leitor encontrará propostas que levarão a reflexões críticas e profundas sobre questões relacionadas a língua, linguagem e sociedade que estão em plena discussão no Brasil e no mundo e proporcionarão aos leitores pensar, discutir

e propor formas de ação para mudar a realidade linguística, educacional e social do País. Como mencionado por Joaquim Dolz no posfácio, serão observados movimentos pedagógicos que tomam em consideração as diversidades e incitam a criação de um espaço pedagógico respeitoso.

Ao longo de todo o livro, serão debatidas, sob orientações decoloniais, as relações entre língua, sociedade, poder. O livro se apresenta como um intercâmbio de ideias, propostas, contribuições e experiências interculturais de ruptura ao pensamento e ao ensino decolonial, a partir de vozes do Sul Global. A maior parte das contribuições abordam temas de educação linguística decolonial, como o letramento crítico; a formação docente crítica; o ensino de português; o ensino de inglês e espanhol como línguas adicionais; além de propostas para a criação de espaços e projetos educativos transformadores.

No prefácio deste livro, Kanavillil Rajagopalan define que “o movimento em prol da decolonialidade nada mais é do que o esforço hercúleo coletivo, promovido notadamente por intelectuais latino-americanos no sentido de se livrar da referida herança maldita e trilhar seus próprios caminhos”. É esse movimento coletivo que esta obra se propõe a fazer.

O capítulo que inaugura o primeiro volume deste livro, denominado *Contribuições do pensamento decolonial latino-americano para a descentralização epistemológica dos estudos da linguagem*, da autoria de André Marques do Nascimento, da Universidade Federal de Goiás, reflete o interesse do autor pela compreensão das perspectivas contemporaneamente inseridas no pensamento decolonial, bem como de sua implementação na educação linguística, durante suas experiências mais de uma década com estudantes pertencentes a vinte e sete povos indígenas brasileiros, no âmbito do curso de Licenciatura em Educação Intercultural, e, mais recentemente, também com estudantes indígenas na pós-graduação, na Universidade Federal de Goiás. Tais iniciativas direcionam-se não somente pelo desejo dos estudantes indígenas e de seus povos por uma formação superior que atenda às demandas, realidades, projetos

e filosofias de vida indígenas, mas também pela possibilidade de circulação e validação de outros saberes.

O Capítulo 2, denominado *A ruptura epistemológica na Educação Linguística e a emergência de uma consciência linguística e cultural crítica no Ensino Superior no Sul Global*, proposto por Souza Mizan, da Universidade Federal de São Paulo, discute práticas desenvolvidas em sala de aula, com o uso de recursos digitais empregados no dia-a-dia dos estudantes, para promover consciência linguística e cultural a partir das vivências dos alunos com situações em que a língua é investida de poder, e discute o uso de língua como posições de prestígio, falta de acesso a bens comuns por causa de sotaque e outras. O texto sugere ainda práticas educacionais que visem desenvolver consciência linguística e cultural crítica na educação linguística em línguas globais e desterritorializadas.

O Capítulo 3, intitulado *Para pensar a representação discursiva na reificação da colonialidade do ser: discurso noticioso sobre pessoas em situação de rua*, da autoria de Viviane de Melo Resende, da Universidade de Brasília, e Rosimeire Barboza da Silva, da Universidade de Coimbra, propõe uma reflexão para conectar os estudos críticos do discurso e o projeto decolonial a partir do debate epistemológico, para abordar a responsabilidade como pesquisadoras e educadoras na superação das práticas pedagógicas que terminam por reificar a colonialidade nesse campo de estudos. As autoras argumentam que o giro decolonial pretende incluir modos de compreensão que excedam aqueles do Norte, não para os negar ou contradizer, mas para os exceder, na defesa de que essa consciência seja o primeiro e fundamental passo em direção à decolonialidade dos estudos críticos do discurso. Não se trata, portanto, de negar uma herança de conhecimentos que podem nos servir, mas de recusar a negação de nossa capacidade de fazer essa herança melhor e mais potente.

No Capítulo 4, *Para além do discurso monolíngue na sala de aula de línguas*, Fernando Zolin-Vesz, da Universidade Federal de Mato Grosso, reúne discussões que vem desenvolvendo ao

longo dos últimos anos sobre o que poderia significar ensinar e aprender línguas nos dias atuais. O autor enfrenta a realidade de que, embora as configurações do mundo contemporâneo estejam possibilitando práticas linguísticas cada vez mais diversas, como os fenômenos linguísticos descritos como bilinguajamento, transglossia, escritas translíngues, práticas transidiomáticas, entre outros, ainda são frequentes as manifestações que sugerem a manutenção da concepção de língua no discurso monolíngue, considerando como legítimas e aceitáveis somente as práticas conforme a noção de língua nacional preconizada pelo Estado-Nação. Zolin-Vesz propõe pensar o ensino da língua para além do discurso monolíngue, ou seja, para além das normas, dos limites e das formas únicas de ser/estar no mundo e na vida social.

No Capítulo 5, nomeado *Rupturas com colonialidades no estágio em inglês: discussões para uma formação docente crítica*, Mariana Mastrella-de-Andrade, da Universidade de Brasília, relata a experiência de um semestre letivo de estágio supervisionado em inglês, ocorrida em uma escola pública, em uma perspectiva decolonial no que se refere a três aspectos: à maneira como o estágio é estruturado, ao seu papel como professora formadora e ao papel dos sujeitos da escola. Em suas reflexões, a autora propõe reinventar o que já fazemos em relação ao estágio obrigatório na formação de futuros educadores, optando por uma perspectiva decolonial de formação docente.

No capítulo 6, *Letramento crítico no Ensino Médio em uma perspectiva decolonial*, Kleber Aparecido da Silva, em parceria com Atauan Soares de Queiroz, do Instituto Federal da Bahia; Débora Sousa Martins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Gina Vieira Ponte de Albuquerque, da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Leonardo José Ferreira dos Santos, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; Núbia Batista da Silva, da Universidade de Brasília; e Vânia dos Reis Sousa, também da Secretaria de Educação do Distrito Federal, apresentam e discutem criticamente o Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), que, segundo os autores, (i)

aborda, interseccionalmente, paisagens culturais como raça, classe, gênero, geografia, religião, a partir da leitura de obras literárias engajadas produzidas por mulheres e da produção de textos escritos autorais que priorizam movimentos alteritários e reflexivos; (ii) torna o ambiente escolar mais democrático e a relação entre docente e discente menos assimétrica; e (iii) colabora para a construção da cidadania ativa por meio do desenvolvimento do pensamento crítico dos sujeitos envolvidos. E concluem que as práticas de letramento crítico podem ser potencializadas pelas contribuições dos estudos decoloniais.

Com o argumento principal de que a mudança social também é possível pela via da não violência, nesse caso específico, por meio de práticas pedagógicas que problematizam o papel de linguagens e tecnologias para a denúncia de uma estrutura desumanizante, bem como para o anúncio de um outro mundo possível, no Capítulo 7, intitulado *Ensino crítico de espanhol como língua adicional: perspectiva da utopia*, André Firpo Beviláqua e Wilson J. Leffa, ambos da Universidade Federal de Pelotas, partem de uma aproximação entre os conceitos de Letramentos Críticos e de Utopia. Para isso, investem em diferentes frentes, transgredindo não apenas do ponto de vista epistemológico, com ênfase na Linguística Aplicada Transgressiva e na aproximação entre os conceitos de Letramentos Críticos e de Utopia, mas também do ponto de vista prático, com foco em projetos que problematizam a produção de materiais e cursos de acordo com as referidas orientações, para posterior oferta à comunidade em geral, em um projeto de extensão voltado ao desenvolvimento e à implementação de um curso aberto e on-line para o ensino crítico de espanhol como língua adicional. A intenção dos autores é, por meio da articulação entre teoria e prática, propor a uma práxis transformadora.

No Capítulo 8, Fernanda Coelho Liberali, em parceria com Maria Cecília Camargo Magalhães, Maria Cristina Meaney, Ulysses C. C. Diegues, Sandra Santella de Sousa, Renata Pereira Pardim, Luciana Kool Modesto-Sarra, Viviane L. S. Carrijo, todos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentam práticas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Linguagem em

Atividades no Contexto Escolar (LACE). A proposta do Grupo é mais do que existir, resistir-expandir por meio de atividades e projetos educacionais crítico- colaborativos na proposição de possibilidades de vida agentiva de forma pedagogicamente engajada para intervir no mundo. Os autores apresentam alguns programas e projetos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa, como o Programa Digitmed (que reúne escolas públicas e privadas de São Paulo com foco na parceria universidade-escola-comunidade para a construção conjunta de propostas curriculares desencapsuladas) e o Projeto de Extensão Brincadas (que promove atividades síncronas e assíncronas, webinars sobre educação, encontros virtuais para brincar com participantes de todas as idades e apoio psicológico e financeiro aos necessitados). É hora de os pesquisadores irem além das atividades de ler e escrever sobre revolução, para isso precisam se tornar revolucionários. Este momento difícil pode permitir a superação dos laços da necropolítica e a transformação das ações das pessoas no mundo em busca de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

O capítulo 9 intitulado “*Quem ainda precisa de identidades?*” *Criticidade e emergência de subjetividades democráticas*, William Tagata, da Universidade Federal de Uberlândia, volta à questão das identidades híbridas, tratada em sua tese de doutorado, agora com um caráter mais explicitamente político. Suas reflexões atuais giram em torno da relevância do conceito de identidade em tempos de multiculturalismo globalizado e crescente polarização política. Nesse sentido, o autor propôs as seguintes questões norteadoras para o seu texto: Em que termos pode-se problematizar a questão da identidade em uma perspectiva decolonial crítica na contemporaneidade, caracterizada por intersecções sociais, culturais e políticas complexas? Que tipos de identidades podem ser mobilizadas na construção de uma democracia inclusiva, caracterizada pela convivência respeitosa entre diferentes perspectivas sociais, culturais, políticas, religiosas etc.? Que tipos de salas de aulas são mais afeitas à emergência de identidades democráticas? Em seu texto, o autor oferece possíveis respostas a essas questões.

No Capítulo 10, intitulado *Translinguagem: desafios para a educação linguística crítica na atualidade*, Cláudia H. Rocha, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explora possibilidades de articulação entre os fundamentos da orientação translúngua e o pensamento decolonial. São inicialmente discutidas as principais características da sociedade contemporânea, sob a ótica de sua condição líquida e pós-disciplinar, bem como suas implicações para as relações humanas e para a educação linguística na contemporaneidade. Entre outras, as noções de translíngua restritivo e expansivo são mobilizadas para embasar reflexões sobre o caráter político-ideológico das práticas translíguas e argumentar que, em sua vertente transformativa, a translíngua pode assumir tonalidade pós-humana e pós-colonial e evidenciar-se como um potente recurso para a promoção de práticas (educativas) mais democratizadoras.

No capítulo 11, Maria Inêz Probst Lucena, da Universidade Federal de Santa Catarina propõe no título a seguinte questão *Can translanguaging contribute to the field of language education and applied studies?* Este capítulo discute aspectos da translíngua no campo da educação linguística, que atendem demandas da Linguística Aplicada (LA), especialmente sob a perspectiva da abordagem dita (in)disciplinar. Seu objetivo é situar translíngua nesta perspectiva. A autora questiona de que formas e por que o conceito de translíngua captou tão completamente a atenção de pesquisadores na área de Linguística Aplicada. Essa discussão é ilustrada usando dados gerados a partir de estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa em Educação Linguística e Pós-colonialismo. Nesse grupo, segundo a autora, os estudos são desenvolvidos a partir de etnografias desenvolvidas em escolas públicas, com o objetivo de discutir práticas de língua no século 21, em uma época e em um espaço em que pessoas, línguas e textos apresentam alto grau de mobilidade.

No Capítulo 12, Paula Cobucci, da Universidade de Brasília, propõe reflexões críticas a respeito dos reflexos dos estudos tradicionais sobre língua e língua e da antiguidade

no ensino de língua portuguesa atualmente. A autora parte da necessidade de entender quando, onde, como e por que surgiu o ensino da gramática normativa na escola e busca na tradição sobre o ensino de Língua e Linguagem a justificativa para o ensino de normas gramaticais referenciadas nos autores clássicos da literatura, em vez de a língua real, prática, utilizada no dia a dia como acredita que deveria ser o ensino de Português nas escolas. A finalidade das reflexões propostas não é apenas apresentar um contexto histórico, mas principalmente argumentar que tal tradição, iniciada tão longinquamente, no tempo e no espaço, não justifica ser mantida em nossa sociedade atual, que tem outras necessidades e outras finalidades, quando busca estudar a língua portuguesa.

No Capítulo 13, intitulado *How race intersects with language to create social inequalities*, Gabriela Alejandra Veronelli, de Binghamton University e Universidad de San Martín (Argentina), propõe fornecer uma versão resumida de seu entendimento da colonialidade da linguagem. E compartilha sua experiência ensinando sobre racismo linguístico no ensino superior nos Estados Unidos, especificamente, sobre como raça e língua(gem) se relacionam para criar desigualdades sociais. Veronelli questiona: Como ideias de língua(gem) e práticas linguísticas informam a exclusão social à medida que são empregadas para constituir identidades racializadas, em especial racialização das identidades de Latinos/as/x nos Estados Unidos por meio de práticas linguísticas do inglês e do espanhol e da assimetria inglês-espanhol.

No Capítulo 14, denominado *Narrativas do Cerrado: As vozes das matas para uma Educação Linguística Antirracista*, Tânia Ferreira Rezende, da Universidade Federal de Goiás, propõe pensar a “escrevivência”, como um ato de escrita de mulheres negras e de mulheres cerradeiras (quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, ribeirinhas etc.) e de todas as mulheres, a quem a escrita historicamente foi negada, que queiram gritar por esse espaço poético-político de poder. A proposta da autora discutida neste capítulo é que a “escrevivência” seja base de compartilhamentos de saberes,

em sala de aula de línguas, no campo da Linguística, sobretudo da Sociolinguística e da Linguística Aplicada. Essa pode ser, conforme defende a autora, uma maneira de os conhecimentos outros, invisibilizados pela modernidade colonialidade, terem existência, vitalidade e validade na escola e na academia.

O capítulo 15, denominado Intersectionality, epistemic oppression and resistance: an interview with Patricia Hill Collins, apresenta uma entrevista conduzida por Kleber Aparecido da Silva, da Universidade de Brasília, e Maria Carmen Aires Gomes, da Universidade de Brasília, a Patricia Hill Collins, Universidade de Maryland, convidada especial da II Jilac. A entrevista é dividida em quatro partes e oferece perguntas bastante significativas, para a autora propor suas reflexões a respeito de: sua história de vida e a construção de sua voz e de outras mulheres negras e suas relações com educação acadêmica científica e desempenho profissional; perspectiva crítica e decolonial; ativismo negro; impacto das pesquisas do Sul Global; política e formas de resistência, dentre outras questões.

Faz parte desta obra também o posfácio escrito por Joaquim Dolz, a convite dos organizadores, em que o autor, com muita habilidade, propõe reflexões profundas sobre questões que estão em plena discussão no Brasil e se relacionam diretamente com a decolonialidade e outros assuntos discutidos neste livro. A perspectiva decolonial, do ponto de vista de Dolz, se caracteriza por quatro pontos, os quais são debatidos pelo autor nas páginas finais desta obra. Segundo o autor, este livro se apresenta, como “um caleidoscópio de dezesseis contribuições que caracterizam a ruptura epistemológica mencionada”.

Desejamos, então, a partir da metáfora do caleidoscópio proposta por Dolz, que – assim como o aparelho óptico formado por três espelhos em forma de prisma, que através do reflexo da luz, apresenta combinações variadas e agradáveis de efeito visual – a combinação de ideias, críticas, propostas práticas apresentadas pelas autoras e pelos autores deste livro possam formar imagens relacionadas, de diferentes ângulos, para a

discussão da decolonialidade a partir das vozes do Sul Global. E que tais reflexões, referentes a análises dos usos linguísticos em uma sociedade marcada por múltiplas segregações, levem a ações que possam fazer a diferença para a Educação Linguística e para a quebra das desigualdades sociais no Brasil e no mundo.

Referências

- KUBOTA, R. (2004). "Critical Multiculturalism and Second Language Education", *in*: NORTON, B. e TOOHEY, K. (eds.) *Critical Pedagogies and language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 30-52.
- QUIJANO, Aníbal (1992). "Colonialidad y modernidad-racionalidad." *Perú Indígena*, nº 13, pp. 11-20.
- QUIJANO, Aníbal (2000). "Colonialidad del poder y clasificación social." *Journal of World-Systems Research*, vol. 2, pp. 342-386.